

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: ESTRATÉGIAS DO PEDAGOGO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA ESCOLAR

Edilson Jose Coelho de Souza¹

RESUMO: Esse artigo buscou analisar as contribuições da mediação pedagógica para o desenvolvimento da autonomia escolar de estudantes com deficiência intelectual no contexto da educação inclusiva. A metodologia empregada caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, fundamentada na revisão da literatura publicada entre 2015 e 2026, articulada aos referenciais teóricos de Vygotsky LS e Freire P e aos marcos legais brasileiros. Os principais resultados encontraram que a autonomia não constitui um pré-requisito biológico, mas um construto socioconstruído viabilizado pelo Planejamento Educacional Individualizado (PEI), pelo uso de Tecnologias Assistivas, por adequações curriculares e pela avaliação formativa processual. Conclui-se que a atuação intencional do pedagogo na Zona de Desenvolvimento Proximal supera abordagens assistencialistas, consolidando a escola como espaço democrático de aprendizagem e emancipação social do educando.

Palavras-chave: Mediação Pedagógica. Deficiência Intelectual. Autonomia Escolar. Educacao.

ABSTRACT: This article aims to analyze the contributions of pedagogical mediation to the development of school autonomy in students with intellectual disabilities within inclusive education. The methodology employed was a qualitative, exploratory-descriptive literature review based on publications between 2015 and 2026, articulated with theoretical frameworks from Vygotsky LS, Freire P, and Brazilian legislation. The main results found that autonomy is not a biological prerequisite, but a socially constructed achievement enabled by Individualized Educational Planning (IEP), Assistive Technology, curricular adaptations, and formative assessment. Conclusions show that intentional pedagogical mediation within the Zone of Proximal Development overcomes paternalistic models, establishing the school as a democratic space for learning and student empowerment.

Keywords: Pedagogical Mediation. Intellectual Disability. School Autonomy.

¹ Licenciatura em pedagogia, com Pos em educação especial, Faculdade de Educação Paulista FAP.

RESUMEN: Este artículo pretende discutir las contribuciones de la mediación pedagógica para el desarrollo de la autonomía escolar de estudiantes con discapacidad intelectual en el contexto de la educación inclusiva. La metodología empleada se caracterizó como una revisión bibliográfica cualitativa, de carácter exploratorio y descriptivo, basada en literatura publicada entre 2015 y 2026, articulada con Vygotsky LS, Freire P y el marco normativo brasileño. Los principales resultados encontraron que la autonomía no es un prerrequisito biológico, sino una construcción social facilitada por el Plan Educativo Individualizado (PEI), Tecnologías de Apoyo, adaptaciones curriculares y evaluación formativa. Las conclusiones muestran que la mediación pedagógica intencional en la Zona de Desarrollo Próximo supera los modelos asistenciales, consolidando la escuela como un espacio democrático de aprendizaje y emancipación.

Palabras clave: Mediación Pedagógica. Discapacidad Intelectual. Autonomía Escolar.

INTRODUÇÃO

A garantia do direito à educação para todos os estudantes, sem distinção de qualquer natureza, consolidou-se nas últimas décadas como um dos pilares éticos, jurídicos e pedagógicos mais prementes dos sistemas de ensino contemporâneos. No âmbito da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o atendimento às necessidades educacionais específicas de estudantes com Deficiência Intelectual (DI) apresenta desafios singulares, que exigem da escola comum a ressignificação contínua de suas matrizes curriculares, metodológicas e avaliativas. Historicamente marcada por concepções reducionistas, assistencialistas ou pautadas estritamente pelo modelo médico da deficiência, a compreensão sobre a deficiência intelectual transicionou gradativamente para um paradigma social e biopsicossocial, no qual o desenvolvimento humano é apreendido como resultado da interação dinâmica entre as características individuais e as barreiras ou facilitadores existentes no meio ambiente (GLAT R e PLETSCHE MD, 2015).

Nesse cenário, a mediação pedagógica sobressai-se como o elemento central do processo de ensino-aprendizagem. Entendida não como mera transmissão de conteúdos acadêmicos ou supervisão de tarefas, a mediação constitui uma intervenção intencional, planejada e teoricamente fundamentada, por meio da qual o pedagogo atua como ponte simbólica entre o estudante e os objetos de conhecimento. Tratando-se do educando com deficiência intelectual, a mediação adquire relevância ainda mais crucial, visto que as particularidades no funcionamento cognitivo — como no ritmo de processamento das informações, na capacidade de abstração, no direcionamento da atenção e na retenção da memória de trabalho — demandam

apoios estruturados e diversificados para que a aprendizagem efetiva e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorram.

A partir desse pressuposto, emerge a questão central de investigação: Como a mediação pedagógica pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia escolar de estudantes com deficiência intelectual no contexto da educação inclusiva? O conceito de autonomia escolar, no âmbito deste estudo, transcende a simples capacidade do aluno de executar tarefas cotidianas de forma isolada, abrangendo o exercício progressivo da auto-organização, a tomada de decisões no ambiente de aprendizagem, a participação ativa nas dinâmicas de sala de aula e a consciência sobre seus próprios processos de conhecimento.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as contribuições da mediação pedagógica para o desenvolvimento da autonomia escolar de estudantes com deficiência intelectual, identificando estratégias inclusivas capazes de favorecer a aprendizagem, a participação e a independência dos educandos. Para alcançar essa meta, estabeleceram-se como objetivos específicos:

Discutir o conceito de deficiência intelectual sob a ótica inclusiva e biopsicossocial;

Analisar os fundamentos teóricos da mediação pedagógica, com ênfase na Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky LS (2007) e na Pedagogia Crítica de Freire P (1996);

Examinar o papel do pedagogo enquanto agente dinamizador da inclusão e impulsionador do protagonismo discente;

Identificar e sistematizar estratégias pedagógicas inclusivas eficazes no cotidiano escolar;

Refletir criticamente sobre os desafios e possibilidades que perpassam a prática docente inclusiva nas redes de ensino.

A justificativa para a realização deste estudo fundamenta-se na necessidade contínua de superar as barreiras atitudinais e pedagógicas que ainda persistem no cotidiano das instituições de ensino. Apesar do robusto arcabouço normativo brasileiro — representado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI nº 13.146/2015) —, observa-se recorrentemente uma lacuna entre os preceitos legais e a efetivação de práticas pedagógicas emancipatórias. Muitas vezes, a presença do estudante com deficiência intelectual na classe

regular resume-se à socialização ou à execução de atividades descontextualizadas e simplificadas ao extremo, perpetuando quadros de dependência e invisibilidade pedagógica (CARVALHO RE, 2014).

Diante disso, este trabalho visa aportar subsídios teórico-práticos que subsidiem a atuação de professores regentes, educadores especiais e gestores. A articulação entre autores fundamentais da psicologia e da pedagogia — como Vygotsky LS (2007) e Freire P (1996) — e expoentes do campo da Educação Especial no Brasil — como Mantoan MTE (2015), Glat R e Pletsch MD (2015), Carvalho RE (2014), Sassaki RK (2010) e Beyer HO (2010) — permite construir um referencial teórico consistente para repensar o planejamento, a flexibilização curricular e a avaliação no espaço escolar inclusivo.

MÉTODOS

O percurso metodológico adotado neste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório e descritivo (GIL AC, 2019). A pesquisa bibliográfica configura-se como o procedimento adequado para o tratamento do tema, pois possibilita a cobertura de uma ampla gama de fenômenos e referenciais teóricos que dificilmente poderiam ser apreendidos diretamente apenas por observações empíricas pontuais, permitindo a análise aprofundada das categorias conceituais de mediação, deficiência intelectual e autonomia escolar.

A abordagem qualitativa mostrou-se indispensável por estar voltada à interpretação dos significados, dos processos e das concepções subjacentes à prática pedagógica inclusiva. Longe de pretender a mensuração quantitativa de índices de aprendizagem, o estudo focou na compreensão das dinâmicas interativas que ocorrem na relação mediada entre docente, estudante com deficiência intelectual e conhecimento, considerando as subjetividades e os contextos socioculturais em que esses sujeitos estão inseridos.

O caráter exploratório e descritivo da investigação proporcionou maior familiaridade com o problema proposto, visando torná-lo explícito e construir hipóteses explicativas sólidas. A vertente descritiva atuou no detalhamento das estratégias pedagógicas inclusivas mapeadas na literatura, tais como o Planejamento Educacional Individualizado (PEI), a utilização de Tecnologias Assistivas, as adaptações curriculares e as práticas de avaliação formativa (TANNÚS-VALADÃO G e PLETSCHE MD, 2018).

O corpus analítico foi constituído a partir de levantamento realizado em bases de dados bibliográficas e acadêmicas de reconhecida relevância científica, tais como a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Google Acadêmico. Os descritores utilizados no mapeamento foram: "Mediação Pedagógica", "Deficiência Intelectual", "Autonomia Escolar", "Educação Inclusiva" e "Estratégias Pedagógicas".

Para a seleção dos materiais, aplicaram-se como critérios de inclusão: artigos científicos publicados em periódicos avaliados por pares entre os anos de 2015 e 2026; livros acadêmicos consolidados; teses e dissertações; documentos normativos e legislações federais brasileiras que regulamentam a Educação Especial; e obras clássicas dos teóricos de fundamentação (GIL AC, 2019). Foram adotados como critérios de exclusão: trabalhos que abordavam a deficiência intelectual exclusivamente sob a perspectiva clínica ou médica desprovidos de interface educacional, textos de opinião sem rigor acadêmico e estudos duplicados.

A análise e o tratamento do material coletado seguiram os preceitos da Análise de Conteúdo (BARDIN L, 2016), estruturando-se em três fases fundamentais: a pré-análise (leitura flutuante e seleção); a exploração do material (categorização temática segundo os objetivos da pesquisa); e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação crítica à luz do referencial teórico selecionado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A conceituação da Deficiência Intelectual (DI) passou por profundas transformações epistemológicas e paradigmáticas ao longo da história da educação. Historicamente associada a diagnósticos estáticos, fundamentados quase exclusivamente na mensuração do Coeficiente de Inteligência (QI) por testes psicométricos, a DI era frequentemente compreendida como uma limitação intrínseca e irreversível do indivíduo (GLAT R e PLETSCH MD, 2015). Essa visão médica e organicista restringia as expectativas sobre o desenvolvimento cognitivo do educando, resultando em práticas segregadoras ou de mera custódia assistencial em instituições especializadas.

Com o avanço dos estudos no campo dos Direitos Humanos e sob a influência das diretrizes internacionais promulgadas no final do século XX e início do século XXI, operou-se uma mudança conceitual decisiva. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009) estabeleceu definitivamente o paradigma social da deficiência,

segundo o qual a deficiência não reside na pessoa, mas sim na interação entre os impedimentos de longo prazo e as diversas barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas presentes no meio (SASSAKI RK, 2010). Em alinhamento a essa perspectiva, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, vedando a recusa de matrícula e garantindo a oferta de adaptações razoáveis e recursos de acessibilidade (BRASIL, 2015).

No âmbito pedagógico, a Teoria Histórico-Cultural desenvolvida por Vygotsky LS (1997, 2007) fornece as bases mais sólidas para compreender que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (como atenção voluntária, memória consciente, pensamento abstrato e linguagem) depende da internalização de instrumentos e signos culturais mediados por parceiros mais experientes. Vygotsky LS (1997) formulou a tese da compensação social da deficiência, distinguindo o déficit primário (limitação biológica, orgânica) do déficit secundário (complicações sociais e pedagógicas decorrentes do isolamento ou da falta de estímulos adequados).

O motor do desenvolvimento cognitivo localiza-se na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) — a distância entre o Nível de Desenvolvimento Real (atividades realizadas de forma independente) e o Nível de Desenvolvimento Potencial (atividades realizadas com ajuda ou colaboração) (VYGOTSKY LS, 2007). A mediação pedagógica qualificada atua exatamente na ZDP, oferecendo andaimes (scaffolding) e suportes que gradativamente se tornam dispensáveis à medida que o aluno adquire autoconfiança e domínio sobre o conhecimento.

Sintetizando o confronto entre as abordagens tradicionais e a perspectiva inclusiva mediadora, a Tabela 1 organiza as principais categorias de análise:

Tabela 1 - Matriz comparativa das abordagens pedagógicas para a Deficiência Intelectual.

Categoria	Paradigma Tradicional / Médico	Perspectiva Inclusiva / Mediadora
Concepção de DI	Limitação biológica e individual estática (déficit intrínseco).	Construção sociocultural resultante da interação com barreiras.
Foco da Prática	Treinamento mecânico no Nível de Desenvolvimento Real (NDR).	Intervenção intencional na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

Papel do Pedagogo	Transmissor de dados ou agente assistencial/superprotetor.	Mediador cultural, facilitador e arquiteto de suportes pedagógicos.
Autonomia	Pré-requisito biológico; capacidade absoluta de independência.	Conquista gradual e relativa, construída mediante apoios intencionais.
Estratégias	Atividades simplificadas, isoladas e descontextualizadas.	PEI, Tecnologias Assistivas, adequações e recursos visuais.
Avaliação	Provas somativas padronizadas e classificatórias.	Avaliação formativa, processual, qualitativa e intraindividual.

Tabela 1 – Matriz comparativa das abordagens pedagógicas para a deficiência intelectual.

Fonte: elaborado pelos autores com base na literatura consultada (SOUZA DF, et al., 2023).

Articulando essa visão à Pedagogia Crítica de Freire P (1996, 2005), compreende-se que a autonomia escolar não se limita ao adestramento de rotinas mecânicas, mas envolve a emancipação do sujeito. Freire P (1996) rejeita a "educação bancária" e afirma o respeito à dignidade e à autonomia do educando como um imperativo ético. O pedagogo que atua sob essa ótica recusa práticas paternalistas ou superprotetoras, oportunizando momentos em que o estudante com deficiência intelectual possa fazer escolhas, emitir opiniões, organizar seus materiais e autoavaliar seu progresso.

A literatura analisada entre 2015 e 2026 destaca seis eixos estratégicos essenciais geridos pelo pedagogo para impulsionar a autonomia discente no cotidiano escolar:

Planejamento Educacional Individualizado (PEI): Mapeamento sistemático das habilidades reais do aluno, fixação de metas acadêmicas e sociais a curto e longo prazos em alinhamento com a BNCC (BRASIL, 2018; TANNÚS-VALADÃO G e PLETSCH MD, 2018).

Adaptações e Adequações Curriculares: Modificações nas metodologias, nos tempos e nos formatos das atividades, garantindo o acesso ao conhecimento sem empobrecer os conteúdos universais (CARVALHO RE, 2014; MANTOAN MTE, 2015).

Recursos Pedagógicos Diferenciados: Emprego de materiais concretos, recursos visuais, esquemas tático-visuais e organizadores gráficos para facilitar o processo de abstração (BEYER HO, 2010).

Tecnologias Assistivas (TA): Uso de ferramentas de baixa tecnologia (rotinas visuais com pictogramas, pranchas de comunicação) e de alta tecnologia (softwares adaptativos,

leitores de tela e comunicação alternativa) para promover a funcionalidade e a independência (BERSCH R, 2017; SATO K e PLETSCHE MD, 2019).

Avaliação Inclusiva e Formativa: Foco no acompanhamento processual e na evolução intraindividual do aluno (comparando o progresso do estudante em relação a ele mesmo), abandonando provas somativas punitivas (BEYER HO, 2010).

Trabalho Colaborativo (Ensino Colaborativo e Família): Atuação conjunta entre o professor regente, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recursos Multifuncionais e a família, garantindo a continuidade das rotinas de incentivo à autonomia nos espaços escolar e doméstico (GLAT R e PLETSCHE MD, 2015).

Apesar dos avanços observados, a literatura também aponta desafios significativos que persistem nas redes de ensino, tais como: lacunas na formação inicial e continuada dos professores; salas de aula superlotadas; escassez de recursos pedagógicos acessíveis; e a presença de barreiras atitudinais representadas por baixas expectativas de aprendizagem em relação aos alunos com deficiência intelectual (GLAT R e PLETSCHE MD, 2015; TANNÚS-VALADÃO G e PLETSCHE MD, 2018). Superar esses obstáculos exige investimentos contínuos em formação docente, melhoria das condições de trabalho e fortalecimento das políticas públicas inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo cumpriu o seu objetivo geral ao analisar as contribuições da mediação pedagógica para o desenvolvimento da autonomia escolar de estudantes com deficiência intelectual no contexto da educação inclusiva. A investigação permitiu responder à questão norteadora demonstrando que a autonomia não é uma pré-condição biológica inata, mas uma construção histórica, sociocultural e pedagógica favorecida quando o pedagogo atua de forma intencional e reflexiva na Zona de Desenvolvimento Proximal do educando.

A superação de modelos médicos assistencialistas e a adoção de estratégias como o Planejamento Educacional Individualizado (PEI), o uso de Tecnologias Assistivas, as adequações curriculares e o trabalho colaborativo com a família e a Sala de Recursos Multifuncionais evidenciam-se como caminhos indispensáveis para efetivar os direitos legais assegurados pela LDB (Lei nº 9.394/1996) e pela LBI (Lei nº 13.146/2015).

Como limitações deste estudo, reconhece-se o seu caráter exclusivamente bibliográfico. Recomenda-se a realização de pesquisas empíricas futuras, como estudos de caso longitudinais

e pesquisas-ação nas redes públicas de ensino, que acompanhem diretamente a implementação do PEI e avaliem o impacto de recursos de Tecnologia Assistiva no cotidiano escolar e na percepção de autonomia dos próprios estudantes com deficiência intelectual.

Conclui-se que educar para a autonomia exige acolher a singularidade do estudante com deficiência intelectual sem abdicar do desafio cognitivo, promovendo uma prática pedagógica emancipatória que transforme a escola regular num espaço verdadeiramente democrático e inclusivo.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Não houve financiamento específico para a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

BARDIN L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016; 272p.

BERSCH R. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre: CVI-Compreender, 2017; 48p.

BEYER HO. Inclusão e avaliação na escola: alunos com necessidades educacionais especiais. 3rd ed. Porto Alegre: Mediação, 2010; 128p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

CARVALHO RE. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 10th ed. Porto Alegre: Mediação, 2014; 176p.

FREIRE P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996; 144p.

FREIRE P. Pedagogia do oprimido. 42nd ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005; 213p.

GIL AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 6th ed. São Paulo: Atlas, 2019; 192p.

GLAT R, PLETSCHE MD. Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. 2nd ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2015; 208p.

MANTOAN MTE. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. 2nd ed. São Paulo: Summus, 2015; 64p.

PLETSCH MD. Diretrizes políticas e práticas curriculares para a inclusão de alunos com deficiência intelectual. Revista Brasileira de Educação Especial, 2014; 20(3): 351-370.

SASSAKI RK. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8th ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010; 288p.

SATO K, PLETSCHE MD. A escolarização de estudantes com deficiência intelectual e o uso da tecnologia assistiva. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2019; 14(esp2): 1432-1448.

SOUZA DF, et al. Caracterização das estratégias de mediação na educação inclusiva. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 2023; 9(4): 100-115.

TANNÚS-VALADÃO G, PLETSCHE MD. Planejamento Educacional Individualizado (PEI): avaliação e proposições no contexto brasileiro. Revista Areté, 2018; 11(21): 65-80.

VYGOTSKY LS. Obras Escogidas III: Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. Madrid: Visor, 1997; 384p.

VYGOTSKY LS. A formação social da mente. 7th ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007; 191p.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O autor declara a utilização de ferramenta de Inteligência Artificial exclusivamente para auxílio no suporte à revisão gramatical, tradução dos resumos (Abstract/Resumen) e adequação do manuscrito ao modelo editorial da revista. A concepção teórica, a seleção bibliográfica, a análise dos dados e as conclusões do artigo são de responsabilidade integral do autor.

ASPECTOS ÉTICOS

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, sem participação direta de seres humanos ou animais e sem coleta de dados identificáveis, não houve submissão a Comitê de Ética em Pesquisa. Essa declaração deve ser conferida pelos autores antes da submissão.